

# OS NOMES DA LÍNGUA NA GRAMMÁTICA PORTUGUEZA DE JÚLIO RIBEIRO

José Edicarlos de Aquino\*

**RESUMO:** *Este texto estuda os nomes da língua na Grammatica Portugueza (1881), de Júlio Ribeiro, o primeiro gramático do processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, no fim do século XIX. Os nomes da língua nos permitem compreender que a gramatização brasileira se constituiu na reelaboração das ideias mobilizadas pela gramática geral e pela gramática histórico-comparativa, e observar o modo de convivência entre as duas abordagens em sua particularidade histórica.*

**ABSTRACT:** *This text studies the names of the language in the Grammatica Portugueza (1881), by Júlio Ribeiro, the first grammarian in the process of grammatization of the Portuguese in Brazil, in the end of the 19<sup>th</sup> century. The names of the language allow us to understand that Brazilian grammatization is built on the re-elaboration of the ideas put to work in the general grammar and in the historical-comparative grammar, and to observe the co-existence of these two approaches in the historical process.*

## **O nome da língua e a revolução tecnológica da gramatização no horizonte da História das Ideias Linguísticas**

Longe de ser uma questão banal, o nome da língua nos permite não apenas analisar como aqueles que refletiram sobre a linguagem construíram o objeto “língua”, mas também como eles apreenderam a diversidade linguística, bem como se deu o próprio desenvolvimento das ideias linguísticas. Em último caso, poderíamos mesmo admitir que a história das representações do objeto “língua” é a história das nomeações desse objeto. Com efeito, segundo Émilie Aussant (2009, p. 6), “a terminologia, para o historiador das reflexões relativas à linguagem, constitui o principal meio de acesso à organização conceitual que a subjaz”.<sup>2</sup> Por sua vez, Eni Orlandi (2009, p. 193), argumentando ser a história inseparável da construção discursiva do referente, afirma que “um nome não depende só de argumentos que tragam a marca da objetividade da

ciência mas depende de uma conjuntura histórica mais ampla histórica e política”. No entanto, como explica a autora, nomear não é atribuição de qualquer um, mas uma questão de poder, pois são as instâncias de poder que podem nomear oficialmente a língua.

Essas questões tocam diretamente o problema da gramatização, que, na história da tradição linguística ocidental, aparece como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que ainda hoje são os pilares de nosso saber linguístico: a gramática e o dicionário”, conforme Auroux (1992, p. 65). Definida nesses termos, salvo os casos de gramatização espontânea, a gramatização deve ser entendida como um processo de transferência de tecnologia entre línguas, e, dada a relação entre língua e cultura, inegável mesmo que conflituosa, deve igualmente ser entendida como um processo de transferência cultural entre povos.

Como se sabe, a partir da posição dos sujeitos em relação à língua para qual operam a transferência, Auroux (1992) estabelece uma diferença entre endotransferência e exotransferência, cujos desdobramentos são, respectivamente, endogramatização e exogramatização. A endogramatização se dá quando alguém escreve gramáticas e dicionários para a sua própria língua, ao passo que a exogramatização corresponde à escrita desses instrumentos para a língua de outrem. A gramática latina, por exemplo, é um caso de endogramatização e endotransferência a partir do grego, enquanto que as gramáticas das línguas ameríndias, quando escritas por missionários europeus que propagam a doutrina religiosa, são típicos casos de exogramatização e exotransferência. É possível apontar tradições linguísticas espontâneas, isto é, tradições que se estabelecem sem o suporte de um esquema de transferência, assentadas, segundo Auroux (1992), no fato de serem originalmente monolíngues e não terem por objetivo o aprendizado de uma língua. Dessa espécie de tradição linguística nasce a gramatização espontânea. Enquanto processo de transferência de tecnologia entre línguas, isto é, fora do quadro da gramatização espontânea, a gramatização supõe uma língua-fonte (Lf) e uma língua-alvo (La). Como observa o autor, a gramatização é um processo contrastivo que dota as línguas da posição de observatório umas frente às outras, o que possibilita a observação e a determinação de igualdades e diferenças. Esse é um aspecto interessante para a nomeação das línguas, pois, como explica Aussant (2009, p. 11), “a referência à alteridade parece ser um fator fundamental para a denominação das línguas e, além disso, para a iniciação da reflexão sobre a linguagem”.<sup>3</sup>

Os produtos da gramatização, isto é, a gramática, o dicionário e outros escritos sobre a língua, não são considerados simples representações da atividade linguística dos homens, mas, ao contrário, verdadeiros

instrumentos linguísticos, isto é, objetos técnico-culturais e sócio-históricos, como resumem Colombat, Fournier e Puech (2010), pois eles afetam a capacidade linguística dos falantes, construindo normas e referências, quer dizer, uma imagem de língua, de unidade linguística. Por essa razão, Auroux (1992) toma a gramatização massiva operada a partir do Renascimento como a segunda revolução tecnolinguística da humanidade, sendo a invenção da escrita a primeira, pois ela permitiu criar uma rede homogênea de comunicação que transformou profundamente as sociedades humanas e afetou a própria configuração das ciências da linguagem. Como afirma Auroux (1992, p. 69), é preciso tomar a gramática como um instrumento linguístico porque “do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor”. Na mesma linha, Orlandi (2009, p. 110-111) defende que “a gramática em seu processo de produção faz muito mais do que ser um lugar de conhecimento ou um repertório de normas”, sendo, antes, “a forma da relação da língua com a sociedade na história, realizada por um sujeito também representado no modo como a sociedade se organiza”.

O nosso artigo se inscreve em campo de conhecimento que se convencionou chamar História das Ideias Linguísticas (HIL), um modo de pensar a constituição do saber sobre a linguagem e as línguas a partir dos procedimentos metodológicos produzidos conjuntamente por pesquisadores europeus e brasileiros desde 1980, com a coordenação inicial do Prof. Dr. Sylvain, na Universidade de Paris VII, e da Profa. Dra. Eni Orlandi, na Universidade Estadual de Campinas. Tais procedimentos dizem respeito justamente ao processo de gramatização das línguas a partir da tradição linguística greco-latina, orientando publicações que tomaram a gramática, o dicionário, as escolas e os programas de ensino como observatório da constituição da língua, dos sujeitos e dos Estados nacionais. Na articulação entre Língua, Ciência e Política, a HIL abre a possibilidade de analisar a produção de ideias que permitem a construção de uma língua própria dos brasileiros e compreender, através da construção da unidade da língua, como se constrói simultaneamente o cidadão que a fala, como esclarece Orlandi (2000).

A HIL procura compreender o aparecimento de um saber metalinguístico mesmo antes da instituição da Linguística. Dessa forma, segundo Auroux (1992), ela faz uma forte crítica ao mito da cientificidade expandido pela historiografia das ciências da linguagem no século XIX, de acordo com o qual os estudos sobre a linguagem só seriam verdadeiramente científicos a partir do comparatismo. Nesse percurso, a HIL aprecia a análise da produção dos instrumentos tecnológicos da grama-

tização, pois tais instrumentos dizem muito sobre o modo como uma sociedade constrói sua identidade, uma vez que “a produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente”, tal como asseveram Guimarães e Orlandi (1996, p. 09). Dessa forma, observar a constituição de instrumentos tecnológicos brasileiros é uma maneira de perceber como é construída uma identidade nacional brasileira. O nome da língua assume nessa discussão um lugar decisivo, pois, como afirma Orlandi (2009, p. 193), “pensar o nome da língua é tomar em conta a história do saber produzido sobre ela, é conhecer a história da própria língua em sua prática e funcionamento, é analisar as injunções da conjuntura política e social, é apreender a constituição de seu sujeito”.

### **A *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, na gramatização brasileira**

Iniciados no século XVI, quando José de Anchieta escreve *Artes de gramática da língua mais usada mais usada na costa do Brasil* como parte do movimento de gramatização das línguas do mundo e resultado do processo de colonização do Brasil por Portugal, conforme Guimarães (2004), os estudos sobre a linguagem no Brasil se voltam para a língua portuguesa por volta da segunda metade do século XIX. Já na década de 1820, no entanto, como demonstra E. P. Pinto (1978), é possível assistir às primeiras manifestações sobre a natureza do português no Brasil, quando Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, faz menção ao “idioma brasileiro” e aponta diferenças lexicais de sentido entre o português do Brasil e o português de Portugal. O texto de Visconde de Pedra Branca não se destina especialmente ao público brasileiro, tendo sido escrito em francês e publicado na introdução do *Atlas Ethnographique du Globe*, do geógrafo e estatístico italiano Adrien Balbi. O que se pode chamar de gramatização brasileira, contudo, só instala definitivamente na segunda parte do século XIX, quando a produção de instrumentos linguísticos começa a ser feita por autores brasileiros e para leitores brasileiros.

A gramatização brasileira toma corpo no processo de constituição do Estado e da nação brasileira. A proclamação da Independência, em 1822, leva à aproximação de ideias científicas e filosóficas vindas de outros países que não Portugal e ao trabalho de demonstrar que o português falado e escrito no Brasil era diferente do português de Portugal, como expõe Guimarães (2004). Nesse momento, se destaca como um importante acontecimento linguístico a publicação da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, considerado o primeiro gramático brasileiro do processo de gramatização do português como língua nacional do Brasil.

Júlio Ribeiro nasceu no estado de Minas Gerais em 1845 e residiu a maior parte de sua breve vida no interior de São Paulo, falecendo em 1890. Ele foi gramático, linguista, romancista, polemista e jornalista e passou por instituições como a Escola Militar do Rio de Janeiro, a Faculdade de Direito de São Paulo e o Colégio Culto à Ciência de Campinas. Além de sua célebre *Grammatica Portugueza*, publicada em 1881, escreveu também: *Traços Geraes de Linguistica* (1880), *Cartas Sertanejas* (1885), *Holmes Brasileiro ou Gramática de Puerícia* (1886), *Procellarias* (1887), *Questão Grammatical* (1887), *Nova Grammatica da Lingua Latina* (1895), *Uma Polêmica Célebre* (19--). Escreveu ainda dois romances, *Padre Belchior de Pontes* (1876-1877) e *A Carne* (1888), polêmica obra do naturalismo brasileiro.

Júlio Ribeiro recusa a tradição da gramática filosófica estabelecida pelo gramático português Jerônimo Soares Barbosa para a descrição da língua portuguesa e, assim, realiza uma virada epistemológica nos estudos gramaticais no Brasil e “faz um gesto fundador que constrói uma filiação à qual os gramáticos brasileiros farão referência sistemática”, conforme Orlandi (2009, p. 154). Com efeito, sua *Grammatica Portugueza* constitui um evento interpretativo que vai desencadear fortes reações durante o processo de gramatização brasileira, um *discurso fundador*, no sentido que o dá Orlandi (1993), isto é, um discurso que funciona como referência básica no imaginário constitutivo do país e que não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria que o analista deve delimitar pelo próprio exercício de análise. Esse papel fundador na construção de um lugar brasileiro de dizer sobre a língua no quadro da gramatização brasileira é atribuído inclusive por seus contemporâneos. Carlos Eduardo Pereira, por exemplo, no prólogo de sua *Grammatica Expositiva*, publicada em 1907, afirma o seguinte: “Depois que Júlio Ribeiro imprimiu novas direcções aos estudos gramaticaes, romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo conflicto entre a eschola tradicional e a nova corrente” (p. I). Na verdade, como explica Orlandi (2000), é justamente o mecanismo de citação que faz de Júlio Ribeiro a referência primeira na gramatização brasileira da língua portuguesa, o *discurso fundador* da história da gramática brasileira.

Na retomada do gesto fundador da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, os gramáticos brasileiros do final do século XIX e início do século XX assumem a posição-autor de um saber sobre a língua que não é mero reflexo do saber gramatical português, como alega Orlandi (2000). Dessa forma, como afirma Castellanos Pfeiffer (2007), a virada para o século XX representa para o Brasil o momento de produção da gramatização da língua nacional pela criação de um espaço de autorização e legitimação no qual o brasileiro fala de e sobre sua língua, sendo

a gramática, portanto, “o lugar em que se institui a visibilidade de um saber legítimo para a sociedade brasileira e tona visível a língua que falamos”, como esclarece Orlandi (2009, p. 154). Essa posição assumida pelos gramáticos brasileiros de poder dizer *como é a língua* é afetada pelas condições próprias da gramatização do Brasil. Assim como o que ocorreu na Europa a partir do Renascimento, a gramatização brasileira corresponde à formação da nação e, dessa forma, traz consigo a questão da língua nacional. O Brasil, no entanto, apresenta como elemento fundamental de sua história o fato de ser uma colônia portuguesa que se torna Estado independente no início do século XIX.

Júlio Ribeiro oferece sua *Grammatica Portugueza* a Friedrich Diez (1794-1876) e Émile Littré (1801-1881) e nomeia como seus mestres William Dwight Whitney (1827-1894), Max Müller (1823-1900), Auguste Brachet (1845-1898), Gaston Paris (1839-1903), Michel Bréal (1832-1915), Teófilo Braga (1843-1924), Adolfo Coelho (1847-1919), Silvio Romero (1851-1914), Capistrano de Abreu (1853-1927), entre outros. Essa lista de nomes nos revela não apenas escritores, filólogos, críticos literários, professores e historiadores brasileiros e portugueses, mas também estudiosos estadunidenses, franceses e alemães, o que aponta um movimento de renovação da teoria gramatical instaurado pela gramática de Júlio Ribeiro.

Cabe notar que muitos dos nomes chamados para o trabalho de composição da *Grammatica Portugueza* foram invocados anteriormente por Júlio Ribeiro para a escrita dos *Traços Geraes de Linguistica*, aparentemente a primeira obra autodeclarada de “linguística” no Brasil. No aviso ao leitor da obra, publicada um ano antes da *Grammatica Portugueza*, Júlio Ribeiro diz:

Quasi com o mesmo direito com que nos rotulos de vinhos preciosos figura a firma dos engarrafadores, vai o meu nome na frente deste livrinho. Verdade é que são minhas algumas das investigações nelle exaradas, que é minha a exposição; a maior e melhor parte, porém, não me pertence; pertence aos mestres cujos ensinamentos repeti, cujas palavras por vezes trasladei literalmente. Tambem o unico fim que tenho em vista com esta publicação é despertar no publico estudioso uma curiosidade salutar, que póde ser amplamente satisfeita em Comte, Spencer, Darwin, Tylor, Hæckel, Broca, Letourneau, Topinard, Luys, Ferrière, Zaborowski, Bopp, Schleicher, Grimm, Max Müller, Whitney, Renan, Diez, Brachet, Bréal, Lefèvre, Theophito Braga, Adolpho Coelho, Pacheco Junior, e em cem outros mestres de Linguistica e das sciencias que lhe são correlatas. Que o livrinho vem encher

uma lacuna, não Ha negá-lo: entre nós ainda ha muita gente de bom saber a acreditar piamente que em materias de philologia e de linguística disse Sotero dos Reis a ultima palavra. (1880, p. 1)

Essa simples passagem aponta questões importantes, como a consideração sobre uma lacuna na área de publicações sobre linguística no Brasil, a crítica feita ao trabalho do gramático maranhense Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) e ao trabalho daqueles que o seguem, uma crítica, portanto, a outras perspectivas no estudo da língua no Brasil, o que mostra as múltiplas filiações da gramatização brasileira. Sotero dos Reis, a quem Júlio Ribeiro vai frequentemente se opor, é um dos grandes representantes da escola de gramáticos no Maranhão, cuja produção permanece pouco estudada. Nos *Traços Geraes de Linguística*, ficamos sabendo que a gramática de Júlio Ribeiro iria se chamar *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*: “Está prompta para entrar para o prelo a Grammatica Analytica da Lingua Portugueza feito pelo autor deste volume, segundo o methodo comparativo: nessa obra todas estas questões sao miudamente discutidas e eluidadas” (1880, p. 96). Perceba-se, por exemplo, que se anuncia desde então uma filiação ao método histórico-comparativo.

A epígrafe que Júlio Ribeiro usa na sua *Grammatica Portugueza*, creditada ao lexicógrafo e filósofo francês Émile Littré, é outro indício dessa filiação ao método histórico-comparativo: “Para as línguas, o método essencial é a comparação e a filiação. Nada por ser explicado na nossa gramática moderna se não conhecemos nossa gramática antiga”.<sup>4</sup> Na verdade, Émile Littré nunca chegou a formular a frase exatamente do modo como ela é empregada por Júlio Ribeiro. No prefácio que faz à *Grammaire historique de la langue française*, do romanista francês Auguste Brachet, Émile Littré diz, em um primeiro momento, que “Para as línguas, o método essencial é a comparação e a filiação”<sup>5</sup> (1880, p. 3). Algumas páginas à frente, ele declara o seguinte: “Tendo visto pelo exemplo das línguas romanas o que é um sistema de línguas, entremos no nosso idioma e digamos, com M. Brachet, que nada pode se explicado na nossa gramática moderna se não conhecemos nossa gramática antiga”<sup>6</sup> (1880, p. 13). Como se vê, o próprio Littré recorre a Brachet para afirmar que a gramática moderna não prescinde a gramática antiga. O fato de Júlio Ribeiro unir fragmentos de Littré não deve ser enxergado como uma mera curiosidade. Existe por parte de Júlio Ribeiro um trabalho de seleção que ressignifica as palavras de Littré, que, por sua vez, também já havia trabalhado as de Brachet. Na frase montada pelo gramático brasileiro, estabelece-se uma relação muito próxima entre o método de filiação e comparação das línguas e o trabalho de composição de uma gramática.

No final da primeira edição de sua *Grammatica Portugueza*, a reivindicação de uma filiação ao método histórico-comparativo aparece de forma bastante explícita:

Os factos de uma lingua qualquer só podem ser cabalmente elucidados pelo estudo historico comparativo da grammatica dessa lingua.

As explicações metaphysicas, mais ou menos subtis, mais ou menos engenhosas, nunca satisfazem.

Os meios que emprega o Latim, que empregam as linguas romanicas para indicar de modo abstracto a pluralidade indeterminada do agente de um verbo, têm servido do thema a milhares de divagações tão prolixas quanto abstrusas, tão requintadas quanto estereis.

Analysar esses meios á luz do estudo historico comparativo das grammaticas romanicas e da latina, eis o fim que levo em vista.

E não me apresento como exhibindo novidades: sigo apenas os passos dos srs. C. Waldbach e Adolpho Coelho, de Diez e Bopp, de todos os mestres de philologia e linguistica. (1881, p. 286)

Em mais de uma ocasião, tal como ocorre no trecho acima, Júlio Ribeiro censura a chamada metafísica na sua gramática:

A generalidade dos grammaticos, não admittindo clausula principal sem verbo no indicativo, explicam estas construcções por meio de ellipses. E' uma doutrina metaphysica que a sciencia já não acceta hoje: as theorias deduzem-se dos factos, e não os factos das theorias. (1881, p. 238)

Tambem não passa de subtileza metaphysica, condemnada pelos factos linguisticos, a explicação que desenvolvidamente dá Sotero dos Reis: « O verbo unipessoal *haver*, cuja significação é a mesma de « *existir* emprega-se ordinariamente com o sujeito grammatical « occulto—classe, *genero*, *especie*, *porção*, *quantidade*, *numero*, « *tempo*, *espaço*, etc.—e um complemento expresso desse sujeito « precedido da preposição *de*, tambem occulta. [...] »

Como a de Sotero pecca ainda por metaphysica e falsa a doutrina de Moraes, exposta pelo sr. Dr. Freire da Silva nos seguintes termos: « Muitos grammaticos chamam o verbo *haver* « de unipessoal, quando empregado, como nas phrases seguintes: « *Ha homens extraordinarios—Havia iguarias—Si houver tempo*, « *irei visita-lo* ». E' elle, ao contrario, o mesmo verbo *haver* « pessoal

e transitivo, com a significação de *ter* ou *possuir*, « derivado de *habere* que, em tal caso, é elegantemente usado no « singular com o sujeito occulto, o qual facilmente se subentende « pelo sentido, como se vê das mesmas phrases que em seguida se « acham repetidas com os sujeitos claros: « *Ha homens extraordinarios*, « isto é, *O mundo HA* ou *TEM homens extraordinarios*—*Havia* « *iguarias*, isto é, *a mesa HAVIA* ou *TINHA iguarias*—*Si houver* « *tempo, irei visita-lo*, isto é, *Si eu HOUVER* ou *TIVER tempo, irei* « *visita-lo* ». (1881, p. 256)

Subtilezas só engendram confusão: em *metaphysica* cada qual discreiteia a seu modo, e ha sempre tantas sentenças quantas são as cabeças.

As irregularidades, os idiotismos, os diferes intimos de uma lingua só pelo estudo historico comparativo podem ser postos em luz, explicados, solvidos. (1881, p. 291)

Júlio Ribeiro cita o linguista estadunidense William Dwight Whitney para falar da linguagem como fato, como já foi observado por Orlandi (2009). Na verdade, a introdução da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, resenha muitas ideias apresentadas por Whitney no primeiro capítulo da sua obra *Essentials of English Grammar* (1877). Whitney (1877, p. 4), por exemplo, afirma que a “gramática não faz de nenhum modo as regras e leis para a linguagem, ela apenas relata os fatos da boa linguagem, e de uma forma ordenada, para que possam ser facilmente referidos, ou aprendidos, por qualquer um que tenha a oportunidade de fazê-lo”.<sup>7</sup> De maneira bastante aproximativa, Júlio Ribeiro (1881, p. 1) declara que a “grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade”. Nas considerações dos dois autores, reconhecemos uma tentativa de deslocar a gramática do lugar tomado como prescrição de regras, gesto que equivale igualmente a pensar a gramática a partir de novas filiações. Guimarães (2004) encontra na definição de gramática dada por Júlio Ribeiro a busca de uma concepção de gramática não normativa pela via de uma filiação à linguística histórica do século XIX.

Júlio Ribeiro conceitua gramática como “a exposição methodica dos factos da linguagem” (1881, p. 1) e a divide em três tipos: Gramática Geral, exposição metódica dos fatos da linguagem em geral; Gramática Particular, exposição metódica dos fatos de uma língua determinada; Gramática Portuguesa, exposição metódica dos fatos da língua portuguesa. Por fim, divide a gramática em duas partes: lexeologia e sintaxe, divisão creditada a Burgraff (*Principes de Grammaire Générale*, 1863),

Allen e Cornwell (*English Grammar*, 1855), Ayer (*Grammaire Comparée de la langue Française*, 1876), Bastin (*Étude Philologique de la Langue Française*, 1878) e Chassang (*Nouvelle Grammaire Grecque*). A definição de gramática é um dos lugares de busca de rompimento com a tradição da gramática filosófica portuguesa representada pela figura do gramático Jerônimo Soares Barbosa. Na sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Applicados à Nossa Linguagem*, publicada em Lisboa em 1822, o gramático português diz que “A Grammatica pois, que não he ontra couza, segundo temos visto, senão a Arte, que ensina a pronunciar, escrever, e falar correctamente qualquer Lingua” (p. VIII), afirmando que “Toda a Grammatica Particular e Rudimentaria, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certa nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim facil para ser entendida e comprehendida dos principiantes; deve ter por fundamento a Grammatica geral e razoada” (p. IX).

A definição de gramática dada por Júlio Ribeiro esteve no centro de uma polêmica entre o gramático e o político brasileiro Alberto Sales. Sob o pseudônimo de Demócrito, escrevendo na *Secção Livre* do jornal *A Provincia de São Paulo* em março de 1885, Alberto Sales acusa Júlio Ribeiro de plagiar a definição de gramática dada por Whitney. Em resposta, Júlio Ribeiro (1908, p. 98) afirma: “A minha definição é: ‘Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem.’ A de Whitney resa: ‘English Grammar is the description of the usages of the English Language.’ Ha entre uma e outra, similhaça de concepção; mas uma não é traducção da outra”. Cabe notar que, segundo o próprio Júlio Ribeiro, sua *Grammatica Portuguesa* toma como guia a gramática inglesa do gramático estadunidense George Frederick Holmes, adotada na época no Collegio Internacional de Campinas: “[...] sempre foi plano meu fazer applicação da grammaticologia ingleza á lingua portugueza: nesse intuito, como, com o volver de tanto annos, se tivesse antiquado a obra de Murray, li dezenas de outras grammaticas inglezas, até que por conselho de meu sabio amigo Rev. G.N. Morton decidi a tomar como guia a grammatica de Holmes, adoptada no Collegio Internacional de Campinas” (1908, p. 93). A alteridade que gramática estadunidense representa para a produção de gramáticas no Brasil é um elemento ainda pouco avaliado na história das ideias linguísticas no Brasil.

### **As línguas e seus falantes na *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro**

Ao longo de toda *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, o fenômeno linguístico recebe uma série de nomeações:

Portuguez; linguagem; língua; falla; línguas extranhas; lingua portugueza; fallar do interior do Brazil; linguagem do Minho e de Trás-os-Montes; línguas modernas; línguas estrangeiras; línguas orientais; língua grega; dialecto da Picárdia; língua indígena brasileira; língua árabe; línguas novo-latinas; línguas matrizes; línguas neo-latinas; latim clássico; linguagem popular; línguas mais antigas; línguas indígenas da América do Norte; latim bárbaro; antigas línguas indo-germânicas; lingua latina; línguas estrangeiras antigas e modernas; línguas românicas; línguas europeias; Latim popular; Latim merovíngio; [lingua] mãe; dialecto picardo; galego; Portuguez antigo; idioma; Frances antigo; céltico; latim vulgar; linguagem poética; românico; Portuguez moderno; fallar dos Romanos; nova lingua; baixo latim; novos idiomas; línguas do Brazil; fallar do povo; línguas arianas, indicas, hellenicas e itálicas; dialecto gallego; linguagem antiga; lingua popular românica; velhos dialectos francezes d'oc e d'oïl; linguagem sensivelmente acastelhanada; dialecto sorocabano; linguagem de Roma; antigas lingua arianas; modernos idiomas arianos.

Vemos nessa lista de nomeações da língua na *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, divisões históricas, regionais, de grupos sociais, de estilo, conforme a classificação que apresentamos logo abaixo:

*Nomes gerais do fenômeno linguístico:*

linguagem; língua; falla, idioma, dialecto.

*Nomes que indicam relação com um povo, um território, uma nacionalidade:*

línguas extranhas; línguas estrangeiras; línguas orientais; língua grega; dialecto da Picárdia; língua árabe; línguas indígenas da América do Norte; línguas românicas; línguas europeias; galego; fallar dos Romanos; línguas arianas, indicas, hellenicas e itálicas; dialecto gallego; linguagem de Roma; céltico.

*Nomes que discriminam os estágios do latim:*

latim clássico; latim bárbaro; lingua latina; Latim popular; Latim merovíngio; latim vulgar; baixo latim.

*Nomes que marcam a língua no tempo:*

línguas modernas; línguas novo-latinas; línguas matrizes; línguas neo-latinas; línguas mais antigas; [língua] mãe; antigas línguas indo-germânicas; línguas estrangeiras antigas e modernas; Portuguez antigo; Frances antigo; Portuguez moderno; nova lingua; novos idiomas; linguagem antiga; velhos dialectos francezes d'oc e d'oïl; antigas lingua arianas; modernos idiomas arianos; românico.

*Nomes da língua portuguesa:*

Portuguez; lingua portugueza.

*Nomes que indicam ligação da língua com o Brasil:*

fallar do interior do Brazil; língua indígena brasileira; línguas do Brazil; dialecto sorocabano.

*Nomes que indicam ligação da língua com Portugal:*

linguagem do Minho e de Trás-os-Montes.

*Nomes que apontam divisões sociais, regionais ou de estilo:*

linguagem popular; linguagem poética; fallar do povo; lingua popular românica; linguagem sensivelmente acastelhanada.

Essas várias nomeações da língua projetam-se sobre os falantes e os caracterizam de diversos modos, identificando-os de maneiras diversas:

Bons oradores; pessoas instruídas; Gente culta; caipiras de S. Paulo; colonos portuguezes; povo rude e conservador; mestres da língua; pessoas doutas; antigos; brasileiros; escriptores, portuguezes; escriptores antigos; corretíssimo escriptor; povo; linguista; gravadores ignorantes; povo romano; etimologistas; illiteratos (iletrado); escriptores do Imperio; bons escriptores de geographia; escriptores clássicos; escriptores como Garret; doutos; grammaticos portuguezes; mestres allemães; escravos; caipiras analfabetos; estrangeiros litteratos; douto lexicographo portuguez; estrangeiros; bons escriptores portuguezes; escriptores modernos; caipiras; gente do povo; francezes; pessoas illustradas; gente rude brasileira; colonizadores; melhores escriptores; nós; atuais escriptores portugueses e brasileiros; colendo mestre; escriptor do século XVI; philologos e linguistas; leitor intelligente.

Pesam na nomeação dos falantes basicamente os critérios de condição social, grau de instrução e pertencimento ao Brazil ou a Portugal:

*Sujeitos com alto grau de instrução:*

bons oradores; pessoas instruídas; gente culta; pessoas doutas; doutos; pessoas illustradas; leitor intelligente.

*Sujeitos com baixo ou nenhum grau de instrução:*

povo rude e conservador; illiteratos; caipiras; escravos e a caipiras analfabetos; gente do povo, escravos; estrangeiros litteratos; gravadores ignorantes.

*Especialistas em estudos da linguagem:*

mestres da língua; linguista; etimologistas; grammaticos portuguezes; mestres allemães; douto lexicographo portuguez; colendo mestre; philologos e linguistas.

*Autores de obras literárias, culturais ou científicas:*

escriptores, escriptores antigos; corretíssimo escriptor; escriptores do Imperio; bons escriptores de geographia; escriptores clássicos; escriptores como Garret; escriptores modernos; melhores escriptores; escriptor do século XVI; bons escriptores portuguezes; atuais escriptores portugueses e brasileiros.

*Sujeitos pertencentes ao Brasil:*

caipiras de S. Paulo; brasileiros; gente rude brasileira.

*Sujeitos pertencentes a Portugal:*

colonos portuguezes; portuguezes; colonizadores; antigos.

*Sujeitos estrangeiros:*

extrangeiros; francezes; hespanhóes.

O conjunto das nomeações da língua na gramática de Júlio Ribeiro nos permite ver uma distinção realizada entre linguagem, língua, falar, idioma e dialeto. É também possível perceber um grande peso dado ao latim, haja vista a diversidade das formas para nomeá-lo, bem como a separação das línguas em antigas e modernas e mesmo o estabelecimento de parentesco entre as línguas, como nos mostram as expressões “língua mãe” e “línguas matrizes”. Outro aspecto que pode ser notado pelas nomeações da língua na gramática de Júlio Ribeiro é o registro do universo linguístico brasileiro, das línguas em circulação no território do Brasil. Percebe-se também uma distinção entre dois domínios da linguagem, por assim dizer, a linguagem popular e a linguagem poética.

Os nomes dos falantes, por outro lado, apontam a classificação dos sujeitos em três grupos principais: 1) aqueles com alto grau de instrução, a quem se colam adjetivos como culto, douto, letrado e inteligente; 2) aqueles com baixíssimo grau de instrução, caracterizados como rudes, conservadores, analfabetos, iletrados, ignorantes, grupo no qual se incluem figuras brasileiras como os escravos e os chamados caipiras, mas também portugueses, pois, a nomeação “povo rude e conservador”, por exemplo, é usada para falar também dos habitantes das regiões portuguesas do Minho e Trás-os-Montes; 3) aqueles que têm o estudo da linguagem como ofício, os chamados mestres da língua, divididos basicamente em gramáticos, linguistas e filólogos. Há ainda o apontamento daqueles que trabalham com a linguagem no domínio da literatura, os escritores, título que diz respeito exclusivamente aos portugueses, pois, na gramática de Júlio Ribeiro a única obra literária brasileira citada é *Padre Belchior de Pontes*, do próprio Júlio Ribeiro, contrastando com a diversidade de nomes e obras portuguesas citadas, como, por exemplo, Alexandre Herculano, Gil Vicente, Ramalho Ortigão, Fernão Lopes, Bernardim Ribeiro, Almeida Garrett, Eça de Queirós e, claro, Camões. Na verdade, além da obra literária de Júlio Ribeiro, a única alusão a

escritores brasileiros está mesmo na locução “atuais escriptores portuguses e brasileiros”. Não há qualquer referência a um antigo escritor brasileiro. Os antigos escritores são sempre portugueses. Embrenhando-se nesses três grupos está o povo.

Por fim, as nomeações dos falantes na gramática de Júlio Ribeiro nos revela também uma distribuição dos sujeitos segundo sua origem, sendo eles brasileiros, portugueses ou estrangeiros. São brasileiros, por exemplo, os caipiras de São Paulo. Quem é de Portugal, além de ser chamado português, é também apontado como “colono”, “colonizar” ou “antigo”. Os estrangeiros, por sua vez, são fundamentalmente os franceses e espanhóis. Cabe ainda notar aqui uma ausência revelada por essas nomeações. Embora Júlio Ribeiro fale de “língua indígena brasileira”, o nome “índio” aparece uma única vez na sua gramática, quando o autor dá um exemplo do agente do verbo passivo: “Assassinado por Índios”. Enquanto mesmo o escravo é apontado como um sujeito no território do Brasil, o índio é completamente apagado desse espaço.

### **Linguagem e língua: a relação com a gramática geral e com a gramática histórico-comparada**

Vejamos a partir de agora o que Júlio Ribeiro entende por linguagem e também por língua. As definições e o tratamento dado a cada um desses fenômenos nos oferecem pistas importantes sobre as filiações teóricas do gramático. Júlio Ribeiro (1881, p. 2) conceitua linguagem como “a expressão do pensamento por meio de sons articulados”, estabelecendo, dessa forma, uma relação entre pensamento e linguagem. Na verdade, mais do que expressão do pensamento, para Júlio Ribeiro, a linguagem é “o instrumento e o meio principal das operações da mente”<sup>8</sup>, o que torna o conhecimento da própria linguagem um meio de acesso à natureza e às operações do pensamento. Apesar de reivindicar uma filiação ao método histórico-comparativo, vemos nessa formulação ainda uma aproximação com a gramática geral de Port-Royal, de Arnauld e Lancelot, que fala em “operações do espírito” quando afirma que “Tous les Philosophes enseignent qu’il y a trois operations de nostre esprit: CONCEVOIR, JUGER, RAISONNER” (1660, p. 27), o que nos indica que não há um rompimento completo com a tradição da gramática geral. Júlio Ribeiro, por exemplo, critica a definição de verbo dada pela gramática de Port Royal (1660, p. 90), como “un mot dont le principal usage est de signifier l’affirmation”, afirmando que ela é muito “acanhada”. No entanto, quando vai abordar a sintaxe, o gramático brasileiro afirma ser a sentença “a expressão do pensamento”; e o pensamento, “o resultado de um juízo”; e esse último, “o acto da mente pelo qual o predicado se liga á noção expressa pelo sujeito” (1881, p. 195). Ora, essas

formulações, nas quais se percebe a ideia de simetria entre *pensamento* e *estrutura da língua*, demonstram mais uma vez certa relação de Júlio Ribeiro com a gramática de Port-Royal. Como afirmam Colombat, Fournier e Puech, os senhores da gramática de Port-Royal distinguem justamente duas ordens de fenômenos, as operações do espírito e sua representação pela linguagem, tomando a proposição como representação linguística do juízo:

A representação linguística do juízo é a proposição. Ora, se julgar é fundamentalmente *afirmar alguma coisa a respeito de alguma coisa*, segue-se necessariamente que toda proposição consiste na ligação de dois termos. Um é chamado *sujeito*, ele é o suporte da operação do juízo, “sobre o qual se afirma” alguma coisa; o outro é o *atributo*, que não deve ser entendido no sentido gramatical, mas dos sentidos dos lógicos, ele representa o que se afirma a respeito do sujeito. Finalmente, a proposição encerra necessariamente um terceiro termo, o instrumento que realiza a ligação dos dois termos precedentes, e que representa, portanto, a afirmação como tal. (2010, p. 154)<sup>9</sup>

É interessante notar que, apesar dessa aproximação com os princípios gerais do racionalismo, o gesto fundador de Júlio Ribeiro – em construir uma filiação à qual se fará referência ao longo do processo de gramatização brasileira – se faz justamente com a recusa da tradição estabelecida pelo português Jerônimo Soares Barbosa, que, por sua vez, também está afetado pela gramática de Port-Royal, como mostram Orlandi (2000), Guimarães (2004), Fávero (1996).

Se a definição de linguagem dada por Júlio Ribeiro mostra certa relação com os princípios da gramática geral no que diz respeito ao paralelismo entre pensamento e linguagem, quando o autor fala de língua, por outro lado, sua filiação com o naturalismo torna-se bastante explícita:

Bem como as especies organicas que povôam o mundo, as linguas, verdadeiros organismos sociologicos, estão sujeitas á grande lei da lucta pela existencia, á lei da selecção. E é para notar-se que a evolução linguistica se effectua muito mais promptamente do que a evolução das especies: nenhuma lingua parece ter vivido por mais de mil annos, ao passo que muitas especies parece terem-se perpetuado por milhares de seculos. (1881, p. 142)

Para o gramático, a exemplo das espécies orgânicas, as línguas estão no mundo e obedecem à lei da seleção na natural. Para ele, a mutabili-

dade das línguas é o melhor registro da lei da seleção natural, isso porque as línguas seriam mais sensíveis que as espécies orgânicas a essa lei, razão pela qual o tempo de vida das línguas seria menor do que o tempo de vida das espécies orgânicas. Por outro lado, quando Júlio Ribeiro toma da obra *Le Darwinisme* (1872), de Émile Ferrière, a comparação entre a seleção natural e a classificação genealógica das espécies e das línguas, vemos que ele estabelece como critérios para as causas de seleção natural nas línguas “os costumes”, “as relações exteriores”, “as ciências”, “a indústria”, “o gênio literário”, “a instrução pública” e “o trabalho intelectual”, elementos ignorados pela gramática histórico-comparativa como explicação para a mudança linguística. A consideração desses critérios como causas de seleção faz com que Júlio Ribeiro não se limite a um naturalismo estrito. Reproduzimos abaixo o quadro que Júlio Ribeiro toma de Émile Ferrière:

#### A SELECÇÃO

##### *nas espécies*

##### *nas línguas*

- |   |   |
|---|---|
| <p>1) As espécies têm suas variedades, obra do meio ou de causas fisiológicas.</p>  | <p>1) As línguas têm seus dialetos, obra do meio ou dos costumes.</p>   |
| <p>2) As espécies vivas descendem geralmente das espécies mortas do mesmo paiz.</p>   | <p>2) As línguas vivas descendem geralmente das línguas mortas do mesmo paiz.</p>   |
| <p>3) Uma espécie em um paiz isolado passa por menos variações.</p>   | <p>3) Uma língua em um paiz isolado passa por menos variações.</p>  |
| <p>4) Variações produzidas pelo cruzamento com espécies distintas ou estrangeiras.</p>                                      | <p>4) Variações produzidas pela introdução de palavras novas, devidas às relações exteriores, às ciências, à indústria.</p> |
| <p>5) A superioridade das qualidades physicas que asseguram a victoria dos individuos de uma espécie, causa da seleção.</p> | <p>5) O genio litterario e a instrução publica centralizada, causas da seleção.</p>   |
| <p>6) A belleza da plumagem ou a melodia do canto, causa da seleção.</p>  | <p>6) A brevidade ou a euphonia, causa da seleção.</p>  |
| <p>7) Lacunas numerosas nas espécies extinctas.</p>   | <p>7) Lacunas numerosas nas línguas extinctas.</p>  |
| <p>8) Probabilidade de duração de uma especie em o numero dos individuos que a compõem.</p>                                 | <p>8) Probabilidades de duração de uma língua em o numero dos individuos que a fallam.</p>                                  |
| <p>9) As espécies extinctas não reaparecem mais.</p>  | <p>9) As línguas extinctas não reaparecem mais.</p>   |

- 10) Progresso nas espécies pela divisão do trabalho physiologico.      10) Progresso nas línguas pela divisão do trabalho intellectual.

### CLASSIFICAÇÃO GENEALOGICA

#### *nas espécies*

#### *nas línguas*

- |   |  |
|---|--|
| 1) Contancia de estruturas; orgams de alta importância physiologica; orgams de importância variada. | 1) Constancia de estructura; radicaes de alta importância; flexões de importância variada.     |
| 2) Vestígios de estructura primordial: orgams rudimentares ou atrophiados: estructura embryonaria.  | 2) Vestígios de estructura primordial: letras rudimentarias ou atrophiadas: phase embryonaria. |
| 3) Uniformidade de um conjunto de kharacteres.  | 3) Uniformidade de um conjunto de kharacteres.   |
| 4) Cadeia de afinidades nas espécies vivas ou extinctas.  | 4) Cadeia de afinidades nas línguas vivas ou extinctas.  |

Como se pode notar, muitas vezes substitui-se apenas o termo “espécie” pelo termo “língua”, mantendo-se as mesmas predicções para ambos. Se nos orientarmos por esse paralelismo, poderíamos dizer, por exemplo, ao olhar o item 1 sobre a seleção, que os costumes são para os homens o que as causas fisiológicas são para as espécies. Sendo assim, se as línguas têm seus dialetos, é por causa dos costumes dos homens e do meio em que eles vivem, no que se pode notar a introdução da noção de cultura. Vê-se daí que o meio das línguas é o meio dos homens que falam essas línguas. Dessa forma, a história da descendência das línguas está ligada a uma região, ou conforme Júlio Ribeiro, a um país. A maneira como um país se relaciona com seus vizinhos determinaria o grau de variação de uma língua: quanto maior o contato com os povos vizinhos, maior o grau de variação da língua de um país, no que se nota a interferência de questões político-sociais. Essas variações são produzidas, por exemplo, pela introdução de novas palavras ou pelo desenvolvimento das ciências e da indústria, que reclamam vocabulário às suas práticas.

Da mesma forma que as qualidades físicas podem levar os indivíduos à vitória ou à derrota na luta pela vida, o gênio literário e a instrução pública podem determinar se uma língua será ou não vitoriosa na batalha pela sobrevivência: quanto maior for o gênio literário de uma língua, maiores serão as chances de sobrevivência dessa língua perante as outras. De forma semelhante, quanto mais organizada e eficiente for

a instrução pública, maior será a probabilidade de uma língua permanecer viva. É desejoso que uma língua tenha muitos falantes, pois se a possibilidade de existência de uma espécie está atrelada ao seu contingente populacional, somente um grande número de indivíduos permite que uma língua tenha longa duração. Por fim, compara-se o progresso das línguas pela divisão do trabalho intelectual com o progresso das espécies pela divisão do trabalho fisiológico. Os itens 3 e 4 sobre a seleção parecem mostrar que a garantia de permanência das espécies e das línguas é a variação, o que traz a ideia que é necessário que as espécies e as línguas variem para que continuem vivas.

O quadro que Júlio Ribeiro toma de Émile Ferrière apresenta também o método de arranjo das espécies e das línguas. A genealogia das línguas é estabelecida por meio da constância da estrutura, das flexões e dos radicais, de letras rudimentares ou atrofiadas, da uniformidade de um conjunto de caracteres, ou pela cadeia de afinidades com as línguas vivas (afinidade horizontal) ou extintas (afinidade vertical). Já as espécies têm sua genealogia instituída por meio da constância da estrutura, dos órgãos ou pela cadeia de afinidades com as espécies vivas ou extintas. Podemos notar por essa rápida exposição que os radicais, as flexões e as letras são postos em paralelo com os órgãos das espécies. Dessa maneira, poderíamos dizer que eles são considerados órgãos das línguas. Em certo momento, Júlio Ribeiro (1881, p. 73) conceitua a flexão como “mudança que experimenta a palavra variável para representar as diversas gradações da ideia”. A análise isolada dessa formulação poderia nos levar a defender uma relação muito íntima de Júlio Ribeiro com as ideias racionalistas: se o pensamento é constituído de ideias e as palavras mudam para se adequar a essas ideias, existe, então, um movimento de adequação das palavras ao pensamento. No entanto, a partir do momento em que os radicais e as flexões são considerados órgãos da língua, se há adequação das palavras ao pensamento e se essa adequação se dá por meio desses órgãos, a adequação das palavras ao pensamento não seria um processo racionalista, mas biológico, natural. Por outro lado, como isso poderia ser um processo natural se as relações exteriores, as ciências, a indústria, o gênio literário e a instrução pública são causas da seleção nas línguas? É tempo de apontar mais uma vez a complexa rede de ideias linguísticas mobilizadas por Júlio Ribeiro, ideias essas que frequentemente funcionam de maneira contraditória na obra do gramático brasileiro.

### **O povo e as formas da língua portuguesa no Brasil**

Em toda primeira metade da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, o povo comparece uma única vez. No entanto, a partir da seção

sobre etimologia, na qual são apresentadas as teses naturalistas-evolucionistas, por assim dizer, o povo passa a ser frequentemente chamado pelo gramático para explicar os fenômenos da língua. Como observa Guimarães (2004), o povo é um elemento persistente no século XIX. Para Júlio Ribeiro, entre a ignorância e o bom senso, é o povo quem acomoda as formas da língua:

A' medida que a linguagem latina popular foi desconhecendo a importancia dos casos, foram-se estes reduzindo aos que, com mais sensível diferença de flexão, exprimiam as relações mais urgentes do pensamento. Por preencher a ambos estes requisitos triumphou o ablativo. Mas, o que aconteceu com relação ao plural? A ignorancia do povo, ou antes, o seu bom senso, não se podia accomodar com as fórmas diversissimas e, na apparencia, irregulares—Filiabus, servis, ætatibus, exercitibus, speciebus. Foi, pois, adoptada a mais regular, a mais homologa, a menos complexa de todas, o accusativo plural, cuja flexão resumia-se quasi sempre em acrescentar um simples s ao ablativo singular— de Filia, filias; de servo, servos; de ætate, ætates; de exercitu, exercitus; de specie, species. (1881, p. 146)

Note-se no trecho acima que, em oposição ao naturalismo, são “as relações mais urgentes do pensamento”, tais como regularidade e simplicidade, que modificam a língua. Além disso, é o povo quem dá preferência a algumas formas da língua. O fundamento dessa preferência é a intuição:

O povo romano não conservou por muito tempo a intuição das razões que o tinham levado a dar de preferencia o genero neutro a taes ou taes substantivos: pouco a pouco os substantivos neutros se foram passando para o genero masculino. Este erro, que os grammaticos romanos consignam como usual sob o Imperio, encontra-se frequentemente nas inscrições, em que gravadores iguorantes puzeram « Templus, membrus, brachius » em vez de « Templum, membrum, brachium ». Dahi os masculinos portu-guezes « Templo, membro, braço ». Mais tarde, por occasião da queda do Imperio, a força sempre crescente da analogia deu lugar a um engano ainda mais grosseiro: tomou-se o plural neutro em a por um nominativo singular da primeira declinação, e assim « Folia, pira, poma », pluraes de « Folium, pirus, pomum » foram declinados como rosa, apparecendo em certos textos de Latim merovingio fórmas monstruosas como Pecoras, folias, etc.. E' por

isto que temos em Portuguez os substantivos femininos « Folha, pêra, poma » etc, derivados dos substantivos « Folium, pimum, pomun etc. ». (1881, p. 148)

O povo busca a clareza da língua. É ele quem, na busca dessa clareza, junta as formas da língua:

Como já ficou dito (134), o Latim classico não tinha artigo, e era tal falta uma causa de frequentes obscuridades no dizer. Nos fins quasi do Império, o povo, para clareza da phrase, começou a juntar aos substantivos os demonstrativos ille, hicce, hic, e esse uso é a origem do artigo romanico. Ille den le, la, les em Francez; el, lo, la, em Hespanhol; il, lo, la em Italiano, etc.. Hicce deu ce, usado ainda no dialecto picardo (ch'curé, ch'marichau). Hic deu em Portuguez o, a, derivados dos ablativos do singular hoc, hac, pela queda do c; e os, as, derivados dos accusativos do plural hos, has: em documentos antigos e mesmo em escriptos relativamente modernos encontram-se as fórmhas ho, ha, hos, has, escriptas com h. (1881, p. 163)

O povo é quem autoriza os usos da língua:

Este uso [emprego pleonástico de pronomes substantivos], auctorisado pelo fallar do povo e mesmo por escriptores como Garrett, não exige grande somma de attenção para ser entendido: é um jogo de rhetorica instinctiva. A pessoa que falla faz uma reticencia depois do pronome e muda de phrase. Este modo de expressão torna-se clarissimo assim pontuado: «Eu... parece-me que Pedro é rico— Nós... quer-nos parecer que não vamos ». Em vez, pois, de ser erro, é uma figura cheia de naturalidade e bellissima. (1881, p. 225)

O povo é responsável pela conservação de elementos arcaicos nas línguas:

*Dje* é som romanico genuino: existe em Provençal, em Italiano, e no seculo XIII existia no Francez que o transmittiu ao Inglez, onde até agora se acha, ex.: « *jealousy* ». Em escriptos latinos do seculo IX encontram-se as fórmhas *pegiorentur*, *pedioentur*, por *pejorentur*.

*Tche* é tambem som romanico castiço: existe em Provençal, em Italiano, em Hespanhol, e existiu no Francez, donde passou para o Inglez: que ainda hoje o conserva, ex.: « *chamber* ».

A existencia de ambas estas fórmãs no fallar do interior do Brazil prova que estavam ellas em uso entre os colonos portuguezes do seculo XVI. A antiguidade e a vernaculidade do *tche* attestam-se pela sua permanencia na linguagem do Minho e de Trás-os-Montes: como sabe-se, o povo rude e conservador tenaz dos elementos arkhaiscos das linguas. (1881, p. 10)

Encontramos aqui uma das várias menções que Júlio Ribeiro faz às formas específicas do português no Brasil na sua *Grammatica Portuguesa*. Ao longo dessa obra, ele faz cerca de vinte e seis menções a formas específicas da língua portuguesa no Brasil. Essas menções são feitas em geral pelo emprego das palavras “Brazil” e “brazileiros”, “caipiras” e “escravos”, bem como do nome dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Júlio Ribeiro aponta diferenças em relação a Portugal nos níveis do léxico, da fonética e da sintaxe da língua. No fragmento que recortamos acima, o que está em questão é a descendência de formas usadas no Brasil, apontadas como provenientes de portugueses e, para além, do latim, já que também são encontradas em momentos da história do provençal, do italiano, do francês, do espanhol e mesmo do inglês. Segundo Júlio Ribeiro (1881, p. 9), a língua portuguesa tem trinta e duas vozes, às quais se podem acrescentar mais duas, o *dje* e o *tche*, “banidos hoje do uso da gente culta”. Como o povo “rude” é “conservador das formas arcaicas da língua”, a atestação desses sons no falar do interior do Brasil seria uma prova do seu uso entre os colonos portugueses em épocas passadas<sup>10</sup>. Composto pelo povo rude, o interior do Brasil conserva formas antigas da língua portuguesa, assim como as regiões portuguesas de Trás-os-Montes e Minho. Júlio Ribeiro (1881, p. 9) observa: “Os caipiras de S. Paulo pronunciam **djente**, **djogo**. Os mesmos e tambem os Minhotos e Transmontanos dizem **tchapéo**, **tchave**”. A alteridade da gramatização brasileira, como ficará mais claro com os outros recortes que trazemos, é o português de Portugal.

Ao voltarmos nossos olhos para a gramática de Júlio Ribeiro, percebemos que, na maior parte das menções a formas específicas do português do Brasil, o que parece estar em jogo é a construção das sentenças, a sintaxe da língua, sem contar as menções relativas às formas da língua no plano fonético. Isso pode nos levar a repensar no papel da fonética e da sintaxe na gramatização no Brasil, ajuntando-se à questão do léxico já apontada por Guimarães e Orlandi (1996, p. 12), que explicam que “a gramatização brasileira se dá como a construção de um conhecimento sobre a língua no plano das diferenças lexicais (a língua é um léxico)”.

Em um item da gramática de Júlio Ribeiro sobre o uso dos pronomes, encontramos a seguinte explicação retirada da *Grammatica Portu-gueza Elementar*, do português Teófilo Braga:

No Portuguez do seculo XV e XVI, e ainda hoje na linguagem popular, encontra-se o substantivo *homem* usado como pronome indefinido. El-rei D. Duarte, traduzindo o Tratado « *De modo Confidenti* » de S. Thomaz de Aquino, traz: « *Porém « nom pôde HOMEM têr-se que alguma cousa não diga...* » A «phrase latina era; « *Hac tamen tacere non valeo* ». É ainda hoje « popularissima na fórma de *home*, e no provincialismo insulano « *heme* ».

No *Cancioneiro Geral*, em Sá de Miranda e Ferreira, usa-se esta fórma pronominal tão peculiar hoje no Francez *on*, de *om* e de *homme*, ex.: « *Leixar HOMEM liberdade (Cancioneiro Geral) « —Cuida HOMEM que bem escolhe—Que se não pôde HOMEM erguer (SÁ DE MIRANDA) »*. No anexim popular « *HOME pobre uma vez á loja* » a sua fórma indefinida é « *QUEM é pobre vai uma vez á loja* ». Sobretudo nos anexins populares é bastante frequente este facto: « *Anda HOMEM a trote para ganhar capote* » por « *Anda-se* », etc. « *Deita-se HOMEM pelo chão para ganhar gabão* ». O substantivo *gente* tambem se emprega neste sentido, sobretudo no dialecto brasileiro: « *Quando a GENTE está com GENTE... GENTE me deixe...* ». (1881, p. 61)

Publicada em 1976, a gramática de Teófilo Braga é uma obra fundada no método histórico-comparativo, filiação reivindicada no próprio título do trabalho: *Grammatica portugueza elementar, fundada sobre o methodo historico-comparativo*. Quando Júlio Ribeiro cita gramáticos portugueses, basicamente Teófilo Braga e Adolfo Coelho, eles estão, em Portugal, ligados ao método histórico-comparativo. No trecho acima, Teófilo Braga é retomado para dar visibilidade a uma forma da língua reconhecida como característica dos brasileiros e, note-se, considerado pelo gramático português como uma fórmula do “dialeto brasileiro”. Júlio Ribeiro fala, ao longo de sua gramática, em “dialeto galego”, “dialeto picardo” e “dialetos franceses”. Ele não fala em “dialeto brasileiro” nem em “dialeto português”. No entanto, ele usa a nomeação “dialeto sorocabano”, fazendo um recorte interno ao Brasil, estabelecendo uma relação linguística Brasil/Brasil e não Brasil/Portugal:

A locução adverbial *no mais* equivale a *não mais*: como a encontra duas vezes em Camões, o colendo mestre, sr. Adolpho Coelho tem-na por peculiaridade camoniana que não se faz mister attribuir á influencia da lingua hespanhola.

Em Sorocaba, cidade da província de S. Paulo, que uma feira anual de bestas punha sempre em contacto com Orientaes e Correntinos, e onde a linguagem é ainda sensivelmente acastelhana-da, tal locução é usadíssima; ouve-se a cada passo: « *Entre NO MAIS—Tire churrasco NO MAIS—Ensilhe NO MAIS o matungo* » isto é « ENTRE, NÃO MAIS; *entre sem cerimonia—Tire churrasco, NÃO MAIS; sem mais preambulos—Ensilhe o matungo, NÃO MAIS; nada mais tem a fazer sinão ensilhar o matungo* ». A existencia da locução no dialecto sorocabano só pôde ser devida á influencia castelhana. (1881, p. 273)

Esse trecho, considerado no conjunto de menções a formas específicas do português no Brasil feitas por Júlio Ribeiro, mostra bem o que Orlandi fala sobre a instalação do direito do português do Brasil à unidade (imaginária) e à universalização no processo de gramatização brasileira:

A gramatização em um país de colonização trabalha segundo um duplo eixo: o da universalização e o do deslocamento. Pela sua gramatização, o português do Brasil elabora, instala mesmo, seu direito à universalização, garantido a unidade (imaginária) constitutiva de qualquer identidade linguística. Paralelamente, tem seus usos variados. Uma vez conquistado seu direito à unidade (língua nacional), imediatamente recomeça a reconhecer-se em suas variedades: relação com as línguas indígenas, africanas, de imigração etc que lhe dão identidade para dentro e para fora – para dentro, distingue-se o brasileiro standard dos tupinismos, africanismos, pupulismos; para fora distingue-se, pelo mesmo traço, os brasileiroismos em relação ao português de Portugal. Ambivalência que mostra o giro pelo qual transferimos para o Brasil a referência da universalidade de nossa língua. Esse reconhecimento é parte da constituição do brasileiro, portanto da unidade nacional. (2009, p. 49)

Cabe notar também que Júlio Ribeiro discorda de Adolfo Coelho a respeito de uma explicação para uma forma da língua. Para o gramático brasileiro, a existência dessa forma deve-se à influência castelhana. Temos aqui uma referência à presença de imigrantes da cidade argentina de Corrientes e da República Oriental do Uruguai no território de Sorocaba, uma alusão aos contatos linguísticos no Brasil. O efeito desses contatos no português do Brasil funciona como um contra-argumento à explicação de um fenômeno da língua dada por um gramático portu-

guês. É o gramático brasileiro que diz *como é a língua*, desautorizando o autor português.

Podemos citar ainda outras observações de Júlio Ribeiro sobre a construção das sentenças do português no Brasil:

Cumpre notar que, principalmente no Brazil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta a cargo somente da inflexão da voz, ex.: « *TU queres vir almoçar comigo?* ». (1881, p. 221)

O pronome, substantivo sujeito de um verbo no infinito dependente de um verbo no finito põe-se em relação objectiva, ex.: « *Eu vi-o caminhar ás pressas—Deixa-o ir* ».

Esta syntaxe, commum a varias linguas romanicas, é tomada directamente do Latim, em o qual o sujeito do verbo no infinito vai para accusativo. É erro vulgar no Brazil usar-se em casos taes da relação subjectiva; diz-se, por exemplo, « *Vi ELLE caminhar ás pressas—Deixa ELLE ir* ». (1881, p. 228)

Os pronomes substantivos em relação adverbial nunca podem servir de sujeitos, nem mesmo nas phrases infinitivas que vêm depois de uma preposição. Em taes casos usa-se da relação subjectiva, ex.: « *Esta laranja é para EU comer* ». No Brazil pecca-se contra este preceito dizendo-se « *Para MIM comer, etc.* ». (1881, p. 229)

Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas « *Eu vi elle—Espere eu* ». (1881, p. 230)

Os *caipiras*, feis aos usos arkhaiscos da lingua, como sóe sel-o a gente do povo, exprimem-se de modo analogo ao dos francezes: põem claro um pronome que represente o sujeito neutro e impessoal dos verbos impessoaes. Dizem: « *ELLE chove muito lá—ELLE hai ainda algumas frutas—ELLE corre por ahi que o rei vem vindo* ».

Substituem tambem *ter* a *haver* e dizem: « *TEM muita gente na igreja—Agora TEM muito peixe no tanque* ». Este uso vai-se tornando geral no Brazil até mesmo entre as pessoas illustradas.

Empregam ainda *haver* como synonymo de existir, dizendo: « *No*

*tempo da revolução eu ainda não HAVIA—Quando eu me casei elle já HAVIA* ». Só no imperfeito do indicativo é que usam deste verbo com esta acceção. (1881, p. 257)

Em algumas provincias do Brazil, como Bahia, Minas, não duplica-se, ex.: « NÃO posso, NÃO. NÃO dou, NÃO ». (1881, p. 260)

Encontramos nesses trechos apontamentos de formas que se vão estabelecendo no Brasil, algumas consideradas erros “vulgares”, “pecados” realizados contra os preceitos da língua. Certas formas consideradas erradas são apontados como obra não apenas dos “caipiras” e da “gente do povo”, mas também dos “doutos” e das “pessoas ilustradas”. Em todo o caso, de acordo com Júlio Ribeiro (1881, p. 144), a língua falada no Brasil é o português: “O Portuguez é fallado em seu territorio europeu, nas colonias portuguezas da Africa, da Asia e da Oceania, e em todo o Imperio do Brazil”. A língua portuguesa, segundo o gramático, tem o latim como língua mãe, língua da qual também se originou o espanhol, o francês, o provençal, o italiano, o ladino e o romano.

Embora geralmente as ponha no lugar do erro, as várias menções de Júlio Ribeiro às formas próprias da língua portuguesa empregadas pelos brasileiros mostram que a mudança que transformou o latim em português continua em curso no Brasil, transformando o próprio português. Quando aborda a questão da origem das palavras da língua portuguesa, Júlio Ribeiro afirma que as palavras dessa língua derivam-se da língua latina, considerada mãe, de outras palavras da própria língua portuguesa e de palavras de línguas estrangeiras antigas ou modernas. O grupo das línguas estrangeiras antigas que fornecem palavras para a língua portuguesa é formado pelo fenício, hebraico, árabe, céltico, grego e gótico. Já o grupo das línguas estrangeiras modernas de quem o português recebe palavras é constituído pelo provençal, francês, espanhol, italiano, euskara, inglês, alemão, pérsico, índico, turco, eslavo, bunda e congo e o tupi. As línguas em circulação no Brasil são colocadas na cadeia de afinidade da língua portuguesa. No entanto, elas são tomadas como línguas estrangeiras. Estrangeiras para quem? Para os portugueses ou para os próprios brasileiros? Lembremos que, segundo a classificação que Júlio Ribeiro toma de Émile Ferrière, as línguas vivas descendem geralmente das línguas mortas do mesmo país. Todavia, as línguas faladas no Brasil são consideradas estrangeiras, ao passo que a língua tomada como *a* língua do Brasil não nasceu no Brasil, mas foi transportada para ele, sofrendo nesse processo uma série de mudanças.

## Considerações finais

Na *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, reconhecida por seus contemporâneos como um verdadeiro divisor de águas nos estudos do português do Brasil, os nomes da língua estão presos a um emaranhado em que movem questões problemáticas, como a proclamação da Independência, a construção de uma identidade linguística brasileira, o estabelecimento de diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal nas práticas da língua portuguesa e a legitimação de um saber brasileiro sobre a língua a partir de novos paradigmas no trato com a linguagem, mas sem o abandono das teorias que sustentam a produção de gramáticas em Portugal. Afetados por uma história particular de colonização, os nomes da língua empregados por Júlio Ribeiro funcionam de maneira contraditória, pois remetem, ao mesmo tempo, a uma unidade linguística com Portugal, de forma que a língua portuguesa é tomada como a língua materna de brasileiros e portugueses, e a uma especificidade linguística brasileira. A língua apontada como a língua materna dos brasileiros é aquela que começa a se transformar a partir do português, que se filia ao latim por intermédio de português, mas não é o mesmo português falado na metrópole, embora continue a ser chamada língua portuguesa. Dessa forma, como efeito do longo processo de colonização pelo qual passou o Brasil, a identidade linguística brasileira é caracterizada pelo que Orlandi (2005) chamou de *memória heterogênea*, que posiciona a língua portuguesa no Brasil entre o imaginário de autonomia e de unidade com Portugal.

Os nomes da língua na *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, nos mostra também um complexo jogo de filiações teóricas, por meio do qual o gramático brasileiro encontra-se afetado pela mesma tradição que ele procura negar, a da gramática filosófica, e ao mesmo tempo, ressignifica a tradição que ele reivindica, a da gramática histórico-comparativa, considerando elementos que a própria gramática histórico-comparativa ignora. Apesar da aproximação com os princípios gerais do racionalismo, o gesto fundador de Júlio Ribeiro em construir uma filiação à qual se fará referência ao longo do processo de gramatização brasileira se faz justamente com a recusa da tradição estabelecida pelo português Jerônimo Soares Barbosa, acusado pelo gramático brasileiro de fazer “metafísica”, que por sua vez, também está afetado pela gramática de Port-Royal. Podemos afirmar, assim, que a gramatização brasileira se constitui, em termos teóricos, na articulação entre a gramática geral e a gramática histórico-comparativa e na reelaboração das ideias mobilizadas por essas duas grandes teorias linguísticas. A obra de Júlio Ribeiro mostra que a tradição da gramática geral, viva no Brasil, continua a animar a reflexão sobre a língua ainda na virada para século XX, o que nos

permite questionar a ideia muito difundida pela História da Linguística de que a gramática geral desaparece como paradigma com a emergência do método histórico-comparativo.

## Notas

1° Doutorando em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

2 «La terminologie, pour l'historien des réflexions relatives au langage, constitue le principal moyen d'accès à l'organisation conceptuelle qui la sous-tend.»

3 «Le rapport à l'altérité semble être un facteur fondamental pour la dénomination des langues et, au-delà, pour l'initiation de la réflexion sur le langage.»

4 « Pour les langues, la méthode essentielle est dans la comparaison et la filiation. Rien n'est explicable dans notre grammaire moderne si nous ne connaissons notre grammaire ancienne. »

5 «Pour les langues, la méthode essentielle est dans la comparaison et la filiation. »

6 «Ayant vu par l'exemple des langues romanes ce qu'est un système de langues, rentrons dans notre idiome, et disons, avec M. Brachet, que rien n'est explicable dans notre grammaire moderne si nous ne connaissons notre grammaire ancienne. »

7 “Grammar does not at all make rules and laws for language; it only reports the facts of good language, and in an orderly way, so that they may be easily referred to, or learned, by anyone who has occasion to do so.”

8 Ibid., 1881, p. 2.

9 «La représentation linguistique du jugement, c'est la proposition. Or si juger c'est fondamentalement *affirmer quelque chose à propos de quelque chose*, il s'ensuit nécessairement que toute proposition consiste en la mise en relation de deux termes. L'un est appelé le *sujet*, il est le support de l'opération du jugement, «ce dont on affirme», quelque chose; l'autre est *l'attribut*, qu'il faut entendre non pas au sens grammatical, mais au sens des logiciens, il représente ce qu'on affirme à propos du sujet. Enfin, la proposition renferme nécessairement un troisième terme, l'outil qui réalise la mise en relation des deux termes précédents, et qui représente donc l'affirmation en tant que elle.»

10 A hipótese do caráter arcaizante do português será amplamente defendida por Serafim Silva Neto, que apresenta a tese da unidade e do conservadorismo do português brasileiro na sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1950. No entanto, essas ideias já estão de certa maneira presentes na gramática de Júlio Ribeiro em 1881, em contradição com as várias formas específicas do português no Brasil apontadas pelo gramático.

## Referências bibliográficas

AQUINO, José Edicarlo de. *O que há de materno na língua?: Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX*. 2012. 204 p. Dissertação – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris: P. Le Petit, 1660
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- AUSSANT, Émilie. Présentation – La nomination des langues dans l'histoire. *Histoire Épistémologie Langage*, n. 31, p. 5-13, 2009.
- BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa lingua-gem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.
- BRACHET, Auguste. *Grammaire historique de la langue française*. 31. ed. Paris: J. Hetzel et Cie Éditeurs, 1880.
- CASTELLANOS PFEIFFER, C.R. L'écologie, la langue maternelle et la langue nationale. In : ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Un dialogue atlantique : production des sciences langage au Brasil*. Lyon : ENS Éditions, 2007. p. 115-125.
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris : Klincksieck, 2010.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni. Apresentação: identidade linguística. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.
- ORLANDI, Eni P. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, 2009.
- \_\_\_\_\_. A língua brasileira. In. *Ciência e cultura*, 57/2, 2005. p. 29-30.
- \_\_\_\_\_. O Estado, a gramática, a autoria. In. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 4/5. Pontes/Projeto HIL, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Discurso fundador: a formação do país e a constituição da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- PEREIRA, Carlos Eduardo. *Grammatica Expositiva*. Rio de Janeiro: Nacional, 1907.
- PINTO, E. P. *O português no Brasil: textos críticos e teóricos*. São Paulo: EDUSP, 1978.
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.
- \_\_\_\_\_. *Traços Geraes de Linguistica*. São Paulo: Teixeira e Irmão, 1880.
- \_\_\_\_\_. *Cartas Sertanejas*. 2. Ed. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1908.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, [1950] 1975.

WHITNEY, William Dwight. *Essentials of the English grammar*. Boston: Ginn & Company, 1877.

**Palavras-Chave:** História das Ideias Linguísticas, nomes da língua, grammatização brasileira

**Keywords:** History of Linguistic Ideas, names of the language, Brazilian grammatization